

A INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DE INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA E A ATUAÇÃO DO BNDES NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA

Joaner Campello de Oliveira Junior¹

Natália Carolina de Oliveira Vaz²

Resumo: Este trabalho objetiva analisar a integração regional sul-americana proposta pela IIRSA sob a ótica do financiamento das obras de infraestrutura e a participação do BNDES como agente financeiro para o desenvolvimento da integração regional desde o ano 2000. Neste aspecto, conforme será comprovado no curso deste trabalho a IIRSA em seu ato fundacional adotou um marco financeiro para a implementação de infraestrutura que conecte a América do Sul. De outro turno, segundo o Estatuto do BNDES é um banco de fomento que representa o principal instrumento de execução da política de investimento do Governo Federal com o objetivo primordial de apoiar programas, projetos, obras e serviços que se relacionem com o desenvolvimento econômico e social do País. Portanto, é relevante avaliar se há atuação do BNDES no apoio financeiro ao desenvolvimento dos projetos de infraestrutura da IIRSA. Para este fim a metodologia adotada será dedutiva e as principais fontes de dados foram obtidas na página web da IIRSA, do BNDES e na literatura técnica que trata sobre o tema.

Palavras-Chave: BNDES. Brasil. Infraestrutura. IIRSA. Integração

The Initiative for the Regional Integration of South American infrastructure and the role of BNDES in supporting infrastructure development

Abstract: This work aims to analyze the South American regional integration proposed by IIRSA from the perspective of financing of infrastructure projects and the role of BNDES for the development of regional integration since the year 2000. In this respect, as will be proven in the course of this work IIRSA in his act foundational adopted a financial framework for the implementation of infrastructure that connects South America. On the other part, the Statute of the BNDES is a development bank that is the main instrument implementation of the investment policy of the Federal Government with the primary aim of supporting programs, projects, works and services related to the economic and social development of the country. Therefore, it is important to assess whether there BNDES performance in the financial support for the development of IIRSA infrastructure projects. To this end the methodology adopted is hypothetical-deductive and the main sources of data were obtained on the website of IIRSA, the BNDES and technical literature dealing on the subject.

Keywords: BNDES. Brazil. Infrastructure. IIRSA. Integration.

¹ Advogado. Pós-Graduado em Direito Público e Tributário pela AVM Educacional. Mestre em Direito das Relações Internacionais e da Integração Latino Americana pela Universidad de la Empresa – Uruguai. E-mail: joanercampello@hotmail.com.

² Advogada. Mestre em Desenvolvimento Regional, pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, bacharel em Direito pela Associação Catarinense de Ensino - ACE. E-mail: natihvaz@gmail.com.

1 Introdução

A integração regional na América do Sul compõe-se de distintas iniciativas com o intento de associar os Estados em processos integradores que visam desde a formação de um mercado comum (caso do MERCOSUL e da Comunidade Andina de Nações) até a criação de espaços de diálogo político e de cooperação (caso da Unasul – União das Nações sul-americanas). Neste contexto, a questão da infraestrutura apesar de ser considerada como elemento essencial para a integração física, foi tema pouco explorado nas negociações e debates levados a cabo no âmbito de cada um dos referidos processos.

A infraestrutura apresenta-se como condicionante para que a integração possa alcançar e promover a liberdade de circulação – fundamental para a formação e consolidação da associação interestatal, e como tal, apesar do tardio reconhecimento que os Estados deram a esta matéria, certo é que com a criação da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura na Região sul-americana) adotou-se um marco institucional e financeiro para a implementação de uma infraestrutura que conecte toda a América do Sul, conforme será apresentado posteriormente. No mesmo sentido entende Sant’anna (2013, p.405).

Os investimentos em infraestrutura nos países sul-americanos constituem em prioridade governamental para o pleno desenvolvimento regional. As obras de infraestrutura logística incluem a construção de pontes, hidroelétricas, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, gasodutos, petroquímicas e outras obras de grande dimensão que se constituirão em eixos de crescimento para a região, possibilitando livre circulação de bens, mercadorias e serviços, além do fluxo de pessoas, ligando norte-sul, leste-oeste, do Pacífico ao Atlântico e do Caribe à Patagônia.

Diante deste cenário, em que a América do Sul conforma uma iniciativa voltada para a integração física regional e que os projetos de infraestrutura representam grandes obras de engenharia, necessitando de linhas de financiamento para o desenvolvimento destas obras, e considerando que a IIRSA prevê no seu ato constitutivo quais as formas e as instituições habilitadas a prestar apoio financeiro as obras de infraestrutura, é importante analisar se o BNDES passa a apoiar aos projetos de infraestrutura da IIRSA a partir do ano 2000.

2 A iniciativa para integração da infraestrutura regional sul-americana

No contexto das comemorações dos 500 (quinhentos) anos de descobrimento do Brasil, por intermédio da iniciativa do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, ocorreu no ano 2000, o Primeiro encontro dos presidentes Sul-americanos, em Brasília. No encontro os mandatários trataram de diversos temas de interesse da região como drogas ilícitas, democracia, comércio, etc. Também concordaram em construir uma agenda comum para impulsionar o processo de integração de infraestrutura de transportes, energia e comunicações.

No Primeiro encontro dos Presidentes Sul-americanos foi instrumentalizado pelo Comunicado de Brasília (IIRSA, 2000), contemplando um capítulo específico voltado para a integração de infraestrutura que descreve os objetivos importantes para a região. Neste instrumento se previu a convocação de uma reunião em Montevideu, em dezembro do ano 2000 com o escopo de consolidar uma visão integrada sobre as linhas de ação para a ampliação e modernização da infraestrutura na América do Sul. Esta reunião contou com a presença dos Ministros de Transportes, Energia e Telecomunicações da América do Sul e estabeleceu o Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul que previu as seguintes ações básicas para o desenvolvimento da infraestrutura da América do Sul:

Desenhar uma visão mais integral da infraestrutura que abarque todos os seus componentes e sinergias; Enquadrar os projetos dentro de uma planificação estratégica, organizada a partir da identificação dos eixos de integração e desenvolvimento regionais do continente sul-americano; Reformar e atualizar os sistemas regulatórios e instituições que normatizem o uso das infraestruturas nacionais; Fortalecer as capacidades dos Estados na formulação de políticas, planos e marcos regulatórios; Harmonizar as políticas, os planos e marcos regulatórios e institucionais entre os Estados; Valorizar a dimensão ambiental e social dos projetos; Procurar que os projetos de integração regional melhorem a qualidade de vida das populações locais; Incorporar mecanismos de participação e consenso; Desenvolver novos mecanismos regionais para a programação, execução e gestão de projetos de integração física; Otimizar o uso de fontes de financiamento desenvolvendo estratégias comuns³.

A IIRSA nasce como um fórum de diálogo regional, do qual participam os doze países da América do Sul que apresenta como principal objetivo a consolidação de uma estrutura física que possibilite uma rede de conexão viária, aeroportuária e marítima entre os

³Para consulta das diretrizes para a integração física da América do Sul ver em: Plano de Ação da IIRSA. Disponível em: http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/plan%20de%20accion%20de%20la%20iniciativa%20iirsa.pdf. Acesso em: 15 de novembro de 2014.

países sul-americanos, proporcionando cooperação e eficiente circulação de mercadorias, informação e energia⁴.

Com o intuito de atingir as finalidades da iniciativa foram ratificados em reunião do Comitê de Direção Executiva da IIRSA (CDE), em 2002, os princípios norteadores, que segundo a página web oficial da IIRSA são o regionalismo aberto, os eixos de integração e desenvolvimento (EID), sustentabilidade econômica, social, ambiental e político institucional, aumento do valor agregado da produção, tecnologias da informação, convergência normativa e coordenação público-privada (Mata Diz e Souza, 2015).

Para apoiar o desenvolvimento dos projetos de infraestrutura a IIRSA por meio de previsão expressa no Comunicado de Brasília apontou as instituições financeiras que poderiam oferecer apoio financeiro as obras de infraestrutura. De outro aspecto, para desenvolver a Carteira de Projetos a IIRSA estabeleceu a criação e a aplicação de um planejamento territorial. Assim, os trabalhos de planejamento e ordenamento territorial geraram resultados pelo agrupamento de projetos com características e/ou finalidades comuns que permitiram a identificação de grupos de projetos⁵ dentro de cada EID e, também, possibilitou priorizar aqueles com maior impacto em relação ao desenvolvimento e maior facilidade de realização.

A planificação territorial foi marcada por um aprofundamento e incremento de qualidade no planejamento, principalmente pela criação de novas ferramentas de análise e metodologias de planejamento territorial representada pelo sistema de informação georreferenciada – Programa GeoSur., metodologia de integração produtiva e logística (IPrLg), sistema de informação para gestão estratégica (SIGE), Base de dados de projetos, avaliação de projetos transnacionais de infraestrutura e Avaliação social e ambiental com enfoque estratégico (EASE) (Mata Diz e Souza, 2015).

Paralelamente, os projetos foram agrupados de acordo com os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID), no qual o território multinacional é delimitado ou classificado como Processos Setoriais de Integração sem limites territoriais e visa, principalmente, superar obstáculos de natureza normativa, englobando os 12 (Doze) países membros. Deste modo, para cada EID são identificadas as necessidades de infraestrutura física, a fim de articular o

⁴ No mesmo sentido Carvalho e Rosevics (2013, p.234) para quem “A IIRSA tem, entre seus princípios ordenadores, o objetivo de estabelecer uma integração pautada em um regionalismo aberto, sustentável de maneira econômica, social, ambiental e político-institucional, que possibilite o aumento do valor agregado da produção dos países da região”.

⁵ Um grupo de projeto é um conjunto interdependente em um determinado espaço geoeconômico, que tem efeitos sinérgicos sobre o desenvolvimento sustentável (COSIPLAN, 2013).

território com o resto da região e planejar os investimentos para que a qualidade de vida de seus habitantes seja melhorada.

Atualmente, a IIRSA possui uma carteira de projetos com 593 (Quinhentos e noventa e três) projetos de infraestrutura distribuídos em 10 (dez) Eixos de Integração e Desenvolvimento. Para dinamizar o processo foi definida uma agenda de implementação consensuada de 31 (trinta e um) projetos prioritários, assim definidos pelo seu alto impacto na integração física da América do Sul⁶.

Em 2011, a IIRSA foi incorporada à UNASUL como parte do fórum técnico do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) (Dabéne, 2014). O COSIPLAN é a instância de discussão política e estratégica e promove a articulação de esforços que viabilizam a integração de infraestrutura. Sua criação se dá a partir da necessidade de criar uma estrutura técnico-formal destinada a gerenciar as prioridades e estratégias da Iniciativa.

3 O papel do BNDES e a integração regional de infraestrutura sul-americana

Em relação ao financiamento dos projetos da Iniciativa para a Integração Regional de Infraestrutura Sul-americana, os recursos da IIRSA estão atrelados, principalmente, a bancos regionais de desenvolvimento como: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF), o *Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca Del Plata* (FONPLATA). Estes formam o Comitê de Coordenação Técnica (CCT) responsável por coordenar atividades e conferir apoio técnico e financeiro.

Os projetos podem ser financiados, a princípio, por duas vias: i) pelos Estados partes e pela UNASUL, se as ações forem de iniciativa do Comitê Coordenador e pelos Grupos de Trabalho; ii) pelos órgãos financeiros que constituem o CCT em conjunto com os Estados partes e a Unasul. Entretanto, com a entrada da IIRSA no COSIPLAN, abre-se espaço para outras formas de obtenção de recursos para viabilizar os projetos.

Desde o lançamento da IIRSA, os bancos têm tido um papel bastante ativo financiando estudos e projetos, além de promover a participação do setor privado no contexto da iniciativa. As Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) são instituições públicas ou privadas, cujos recursos provêm dos cofres dos países sócios que, além de financiar políticas, programas e projetos dos governos, elaboram estudos técnicos, formam parte da tecno-

⁶ Disponível em <http://www.iirsa.org/proyectos/Principal.aspx>. Acesso em 25 de abril de 2016.

burocracia governamental, prestando assessoria e orientando a implementação das ações da infraestrutura nos países membros.

O domínio dessas forças é definido pelo poder econômico de cada país-membro na IIRSA: “*quem possui maior número de ações tem maior poder de decisão*”, logo o Brasil é o sul-americano com maior peso dentro desta Iniciativa. A IIRSA pode ser observada como a expressão máxima da megalomania da integração regional que está ligada a algumas IFMS que atuam no Brasil trabalhando a serviço do capital financeiro internacional na busca incessante e qualquer custo do *crescimento econômico* do continente sul-americano (Melo e Paula, 2008, p. 25).

Portanto, Aqui se objetiva analisar em que medida o BNDES tem ou passa a direcionar apoio à integração de infraestrutura regional sul-americana, e as políticas públicas⁷ nacionais para o desenvolvimento de infraestrutura. É importante destacar a importância e o compromisso do banco de fomento nacional com o desenvolvimento do país.

Almeida (2004, p.164) confirma que o BNDE aparece pela primeira vez como ator do planejamento governamental no plano de Metas de Juscelino Kubitschek que foi elaborado sob a orientação de Lucas Lopes e Roberto Campos, através do trabalho conjunto do então BNDE e do Conselho Nacional de Desenvolvimento, mobilizando a cooperação entre o setor privado e o setor público. Este plano buscava coordenar a ação do Estado ao estímulo a diversos setores da economia.

De acordo com Hermann (2010, p.36), o BNDE ao longo das décadas de 1960-1970 não somente constituiu a única fonte de financiamento de longo prazo para a indústria, como também a contribuiu para formação bruta de capital fixo que foi crescendo a cada nova fase do processo de industrialização.

A década de oitenta, chamada de década perdida, foi marcada por uma forte instabilidade monetária e estancamento econômico no Brasil e em outros países latino-americanos. Este contexto desenhou um cenário de restrições externa e fiscal, reduzindo a oferta de crédito público e paralisando o fluxo de capital externo para o país. Conforme Hermann (2010, p.200) a redução dos desembolsos em 64% (sessenta e quatro por cento) entre os anos de 1979 e 1990 comprovam o escasso crédito público. No fim da década de 80, e na década de 90 o BNDES atuou no processo das privatizações ocorridas durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, e também realizou a oferta de crédito para empresas privadas.

⁷ Para Bucci (2006, p. 241) as políticas públicas são programas de ação governamental visando coordenar os meios a disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

Além (1997, p.4) resume a atuação do BNDES nos seguintes termos:

Desde a sua criação até início dos anos 60, o BNDES concentrou seus financiamentos nos setores de transporte, energia e siderurgia. A partir de meados da década de 60, no entanto, diversificou suas atividades, ampliando a sua área de atuação e aumentando o financiamento ao setor privado. A partir de 1974, constituiu-se no principal instrumento de execução do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que promoveu o maior esforço de modificação estrutural na economia brasileira desde o Plano de Metas – cujo bloco de investimentos havia sido executado entre 1956 e 1961. Nesta fase, observou-se um aumento da participação dos financiamentos aos setores de bens de capital e insumos básicos nos desembolsos totais. Ao longo dos anos 80 e início da década de 90 houve uma significativa desaceleração dos desembolsos do BNDES, o que refletiu, em grande medida, a retração dos investimentos públicos e privados, decorrente, principalmente, da alta instabilidade macroeconômica que caracterizou o período. A partir de 1994, com a estabilização macroeconômica e a conseqüente retomada do crescimento, ocorreu uma nova retomada dos financiamentos, sendo que o total liberado em 1996 representou o melhor desempenho desde 1983.

De acordo com o art. 3º do Estatuto do BNDES, o banco nacional é o principal instrumento de execução da política de investimento do Governo Federal e tem por objetivo primordial apoiar programas, projetos, obras e serviços que se relacionem com o desenvolvimento econômico e social do País.

Diante desta atribuição estatutária e no intuito de adotar um enfoque sul-americano o BNDES, em agosto de 2003⁸ participou no 1º Seminário de Co-financiamento BNDES-CAF. Neste seminário, Carlos Lessa⁹, discursou sobre a importância da infraestrutura para o desenvolvimento regional: “Infraestrutura, senhores, é para nós a locomotiva do desenvolvimento. Precisamos colocar a locomotiva sul-americana funcionando a todo o vapor (...). É mais fácil ir a Miami do que viajar para um país fronteiriço”.

O Informe nº 173 do BNDES, em agosto de 2003, destacou o interesse do Brasil com a proposta de integração sul-americana, pois nas palavras do vice-presidente da República naquela época “O Brasil está completamente comprometido com a integração sul-americana”. Inclusive, o próprio Presidente do BNDES, Carlos Lessa, durante o Seminário BNDES-CAF anunciou a criação na Área de Comércio Exterior do Banco de um Departamento de Integração Sul-Americana. (BNDES, 2003).

⁸ BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/s_bndes_caf.html. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

⁹ Discurso Carlos Lessa, Ex-Presidente do BNDES no Seminário BNDES-CAF

O discurso do Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, na XIII reunião do Conselho de Ministros da ALADI, também aponta a importância da integração sul-americana e destaca a atuação do banco como instrumento para a promoção do desenvolvimento regional.

O Brasil está comprometido em contribuir para a crescente integração entre nossos países. O Presidente Lula atribui a mais alta prioridade à integração regional. Para transformar a prioridade política em realidade concreta, com benefícios para todos, o Brasil tem trabalhado ativamente com todos os seus vizinhos e com os parceiros da América Latina(...). Destaco, especialmente, o apoio que vem sendo dado a esses projetos pelo nosso banco de desenvolvimento, BNDES, cada vez mais integrado como instrumento de promoção do nosso desenvolvimento regional¹⁰.

Em novembro de 2004, o Informe nº 187 do BNDES destaca a participação do banco estatal na integração sul-americana, afirmando que esta representa um dos pilares da política externa do Brasil, e a partir de 2003 passou a fazer parte da missão do BNDES, visto que, a expansão dos mercados nacionais e do comércio entre os países é fundamental para acelerar o desenvolvimento econômico com justiça social. (BNDES, 2004).

No mesmo documento são descritos alguns empreendimentos importantes que contribuíram para a Integração Sul-Americana e foram apoiados pela instituição, tais como a Usina Hidrelétrica de Itaipu, o Gasoduto Brasil-Bolívia, e a ligação Rodoviária entre Brasil e Venezuela (BR-174). Também aponta a atuação do banco no acordo de Cooperação Técnica com o *Banco de Desarrollo de Venezuela* (BANDES), e a participação em ações empreendidas por entidades voltadas para o processo de integração sul-americana como a ALADI (Associação latino-americana de integração), ALIDE (Associação Latino-americana de instituições financeiras de desenvolvimento) e a própria IIRSA.

O informe nº 190 do BNDES, de março de 2005, reitera a importância da instituição para a integração ao dizer que: “A integração sul-americana é prioridade da política externa do governo brasileiro, tendo o BNDES como importante instrumento”. (BNDES, 2005)

Em 2005, Guido Mantega (2005, p.10), Ex-Presidente do BNDES (Novembro/2004 a Março/2006), destacou a importância do apoio do banco para o investimento em infraestrutura, máquinas e equipamentos, a política social, a política agrícola, a política industrial e tecnológica, o apoio à micro, pequenas e médias empresas, o desenvolvimento do mercado de capitais, o desenvolvimento regional, a promoção das exportações, o comércio

¹⁰ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Discurso do Ministro das Relações Exteriores. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7661:discurso-do-ministro-celso-amorim-na-xiii-reuniao-do-conselho-de-ministros-da-aladi&catid=163&lang=pt-BR&Itemid=478. Acesso em 10 de novembro de 2014

exterior, o fortalecimento e capacitação das empresas brasileiras para a concorrência e expansão internacional, assim como a integração da América do Sul.

Também em 2005, Guido Mantega ao lado do Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e do Assessor especial de assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia abriu o encontro Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana – Primeira Rodada de Consultas para a Construção da Visão Estratégica Sul-americana no Brasil (BNDES, 2005).

Outro aspecto relevante sobre o BNDES na América do Sul e que envolve a Corporação Andina de Fomento, de acordo com Valdez (2011, p.4), foi o aumento de capital do banco junto a CAF. Diante disso o Brasil passou, em 2005, de sócio classe C a sócio classe A, assim como os sócios fundadores da instituição: Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia e Equador.

Em 2006, ocorreu nova oficina IIRSA com a participação do Vice-Presidente do BNDES, Armando Mariante, o qual destacou a contribuição do banco de fomento nacional à integração entre os países da América do Sul, ressaltando que o Banco havia incorporado em sua missão institucional o apoio a projetos de infraestrutura ligados a integração da América do Sul.

Portanto, se observa institucionalmente a participação do BNDES em iniciativas cuja finalidade precípua consistia na integração sul-americana. Ao mesmo tempo em que outras ações desenvolvidas pelo banco de fomento ao longo dos anos corroboram com a intenção em desenvolver a infraestrutura sul-americana e no cenário nacional. Neste sentido, faz-se necessário destacar aspectos que demonstrem esta visão do BNDES para o espaço sul-americano e por consequência a Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Sul-Americana

3.1 A internacionalização das empresas brasileiras e a atuação do BNDES voltada para o espaço sul-americano

De acordo com Cervo (2006) a internacionalização da economia brasileira por meio de expansão das empresas brasileiras no exterior, com o apoio logístico do Estado é resultado da ação de política externa desenvolvida, a partir de 2003, com o objetivo de enfrentar a vulnerabilidade externa do país. Como resultado desta ação externa do país, a América do Sul converteu-se em uma frente de ação do governo. Como a ação externa do Brasil se volta para o subcontinente perceber-se-á que o BNDES acaba por trilhar neste caminho. Além et al. (2004, p.22) afirmam que o apoio à integração sul-americana configura um dos principais

objetivos da Área de Exportações do BNDES, seguindo a prioridade dada pela própria política externa brasileira.

Para Novoa (2009, p.197) as ações do BNDES no apoio a internacionalização de empresas são o resultado de um processo em que se busca compatibilizar a política externa com política de integração regional, fachada que recobre nosso tardio processo de expansão de capitais. Iglesias (2008, p.172) reconhece a importância do BNDES no processo de internacionalização de empresas de serviço de engenharia. Enquanto Deos (2009, p.51) ao analisar o crédito do BNDES diz que este completa uma tríade interessante junto com a agenda de integração em infraestrutura e a política de diversificação exterior das companhias brasileiras. Ainda sobre a inserção internacional das empresas brasileiras e o BNDES, Valdez (2011, p.6) destaca:

O envolvimento entre empresas nacionais e a política externa do Governo Lula teve o BNDES como o principal agente articulador dessa relação. A busca por novos mercados para os produtos brasileiros e a estratégia de projeção internacional do país consolidou a relação de grandes empresas brasileiras com as ações externas do país no exterior, especialmente no continente sul-americano. Assim, ao mesmo tempo em que os recursos do BNDES auxiliaram empresas nacionais a expandirem suas atividades no exterior, o banco consolidou-se como instituição financeira de amplo alcance regional, aumentando, de forma generalizada, a influência do Brasil no cenário internacional.

Além & Cavalcanti (2005, p.71) explicam como se deu de forma embrionária o apoio à internacionalização de empresas brasileiras. Até meados de 2002, a internacionalização de empresas brasileiras esteve restrita aos financiamentos de renda variável em que o incentivo aos investimentos no exterior ocorria de forma indireta. A partir de meados de 2002, a diretoria do BNDES aprovou novas diretrizes para o financiamento de investimentos de empresas brasileiras no exterior. Tais diretrizes objetivaram orientar a criação de uma linha que fosse capaz de estimular a inserção e o fortalecimento de empresas brasileiras no mercado internacional.

É importante destacar que a primeira operação de financiamento no âmbito de sua linha de internacionalização foi aprovada pelo BNDES, em setembro de 2005, quando a Friboi recebeu US\$ 80 (oitenta) milhões do banco para a aquisição de 85,3% (oitenta e cinco vírgula três por cento) da empresa Argentina *Swift Armour S.A.* Outros exemplos de aquisições brasileiras podem ser apresentados de acordo com Bugiato & Berringer (2012, p.32):

No Uruguai, a marfrig e a (JBS) Friboi controlam cerca de 70% de exportação de carne uruguaia. Na Argentina, a Petrobrás adquiriu a Pecom, se tornando o segundo grupo econômico do país no setor de Petróleo e Gás; a Ambev adquiriu a Quilmes; a Camargo Correa adquiriu a maior fábrica de cimento do país, a Loma Negra; a Friboi (JBS) adquiriu as unidades da Swift. No Peru, a Votorantim (atual Fibria) comprou a maior mineradora do país, a MinCo; a Gerdau comprou a Sider Peru.

O giro para a América do Sul e o apoio à internacionalização de empresas nacionais pelo BNDES é claramente perceptível na alteração do seu Estatuto. A promulgação do Decreto nº 4.418, de 11 de outubro de 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, trouxe a alteração de diversos artigos e a revogação de vários decretos, dando surgimento ao Estatuto Social do BNDES que ao tratar das operações do BNDES prevê no artigo 9º que:

I contratar operações, no País ou no exterior, com entidades estrangeiras ou internacionais, sendo lícita a aceitação da forma e das cláusulas usualmente adotadas nos contratos externos, inclusive o compromisso de dirimir por arbitramento as dúvidas e controvérsias;

II financiar a aquisição de ativos e investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País; (Redação dada pelo Decreto nº 6.322, de 2007)

III financiar e fomentar a exportação de produtos e de serviços, inclusive serviços de instalação, compreendidas as despesas realizadas no exterior, associadas à exportação;

VI contratar estudos técnicos e prestar apoio técnico e financeiro, inclusive não reembolsável, para a estruturação de projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social do País ou sua integração à América Latina; (Redação dada pelo Decreto nº 6.322, de 2007);

VIII - utilizar recursos captados no mercado externo, desde que contribua para o desenvolvimento econômico e social do País, para financiar a aquisição de ativos e a realização de projetos e investimentos no exterior por empresas brasileiras, subsidiárias de empresas brasileiras e empresas estrangeiras cujo acionista com maior capital votante seja, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica domiciliada no Brasil, bem como adquirir no mercado primário títulos de emissão ou de responsabilidade das referidas empresas.(Incluído pelo Decreto nº 7.635, de 2011) (Decreto nº 4.418,2002) (grifos nossos)

O artigo 9º do Estatuto do BNDES merece algumas considerações acerca das suas alterações. Primeiro, a alteração da redação do inciso II, por meio do Decreto nº 6.322 de 2007 demonstra o ideal do BNDES voltado para o desenvolvimento nacional, abandonando a ideia de país exportador. Afinal, assim dizia a redação anterior: II-financiar investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, sempre que contribuam para promover exportações, enquanto a redação atual menciona o desenvolvimento econômico e social do país.

Observe que o inciso III com a redação dada pelo Decreto nº 6.322 de 2007 passa a permitir a contratação de estudos técnicos e a prestação de apoio técnico e financeiro, sobretudo no que diz respeito à integração a América Latina.

O inciso VIII com redação dada pelo Decreto nº 7.635 de 2011 ao permitir a utilização de recursos captados no mercado externo para financiar a aquisição de ativos e a realização de projetos e investimentos no exterior por empresas brasileiras, subsidiárias de empresas brasileiras e empresas estrangeiras cujo acionista com maior capital votante seja, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica domiciliada no Brasil, vem a atender a estratégia de internacionalização de empresas brasileiras.

A inserção do parágrafo único do art. 2º do Estatuto do BNDES, incluído pelo Decreto nº 6.526 de 2008, veio preparar a instituição para a criação de agências no exterior ao dizer que: O BNDES, para exercer fora do território nacional às atividades integrantes de seu objeto social, poderá constituir subsidiárias no exterior, nos termos da autorização constante do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971. Esta alteração legal permitiu a criação de dois escritórios de representação do BNDES no exterior. O primeiro, inaugurado em agosto de 2009, em Montevidéu; o segundo, inaugurado em novembro do mesmo ano, em Londres.

Além & Madeira (2010. p.52) confirmam a criação destes dois escritórios sob a responsabilidade da Área Internacional com o objetivo que a instituição desenvolva conhecimento acerca das oportunidades comerciais para exportação e investimento direto no mercado mundial, devendo impulsionar os planos de expansão das empresas brasileiras ao exterior.

Deste modo, a representação foi criada, em Montevidéu, com o objetivo de apoiar as operações do Banco em países da América Latina, e em particular junto aos sócios do MERCOSUL. A escolha da capital uruguaia se deu porque possui diversos centros de decisão relacionados ao MERCOSUL, por exemplo, a sede da Secretaria do MERCOSUL, órgão executivo do bloco comercial, da Secretaria Geral da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração) e de várias outras instituições regionais. A cidade também é a sede do Parlamento do MERCOSUL e é utilizada como base para as reuniões mais importantes de comitês, conselhos e grupos técnicos voltados à integração regional. (BNDES, 2009).

De acordo com o Ex-Presidente do BNDES Luciano Coutinho “o que justifica o escritório é a aceleração dos financiamentos do BNDES à exportação de serviços e bens na América do Sul e América Latina” (VALDEZ, 2011, p.6)

Além disso, vale lembrar que na atualidade o Sistema¹¹ BNDES é constituído principalmente por duas agências: a FINAME, que é a Agência Especial de Financiamento Industrial criada para financiar a comercialização de máquinas e equipamentos; e a BNDESPAR, ou seja, “BNDES Participações”, que possibilita a subscrição de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiros.

No que diz respeito à BNDESPAR merece destaque o expressivo número de empresas que atuam no exterior, possuem filial ou subsidiária na América do Sul, ou atuam em obras de infraestrutura e que contam com a subsidiária BNDES Participações (BNDESPAR) como acionista. Neste sentido, a carteira de ações da BNDESPAR, com a posição em 31/12/2015¹², tem participação em: Gerdau (1,45%), JBS Friboi (20,36%), Brasil Foods (2,55%), Marfrig Global Foods (19,63%), Braskem (5,03%), Petrobrás (10,37%), Eletrobrás (11,86%), Embraer (5,37%), Vale S/A (5,34%), Odebrecht Transport S.A. (10,61%), Fibria Celulose (29,08%), dentre outras.

Diante do exposto, se observa na literatura que há um giro da política exterior brasileira por meio do apoio a inserção internacional das empresas nacionais em que o BNDES passa a prestar papel importante. Inclusive, empresas nacionais que atuam na América do Sul contam com a participação acionária da BNDESPAR. Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a partir de 2002 sofreu substanciais alterações estatutárias que permitiram a instalação de escritórios regionais, destacando-se a criação do escritório de Montevideu com o objetivo de desenvolver negócios na América Latina, e em especial junto aos sócios do MERCOSUL.

Portanto, como o BNDES financia os investimentos de empresas nacionais no exterior é importante destacar este apoio, e em específico, verificar o apoio dentro do espaço sul-americano que é cenário de atuação IIRSA e por consequência o apoio em especial aos projetos da iniciativa.

3.1.1 O BNDES e o apoio a exportação

No tópico anterior se observou que houve, a partir de 2002, o desenvolvimento da estratégia governamental de apoio à internacionalização das empresas brasileiras e também substancial alteração estatutária no BNDES, possibilitando a criação de agências do banco

¹¹ Esta informação se encontra disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/1215_BNDESPAR_DFP.pdf. Acesso em 31 de março de 2016.

¹² Para maiores detalhes sobre a posição acionária ver em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/1215_BNDESPAR_DFP.pdf. Acesso em 30 de março de 2015.

de fomento nacional no exterior. De acordo com Catermol (2005, p.4) o apoio às exportações brasileiras pelo banco nacional tem início na década de 1990 com o primeiro pedido de financiamento apresentado em oito de novembro de 1990 pela Prensas Schuler S.A.

Iglesias (2008, p.174) confirma que o “*BNDES estructuró en la segunda mitad de los años noventa un sistema de financiamiento a la exportación, con diversas líneas y condicionamientos*”, afirmando que no caso de financiamento para obras de infraestrutura no exterior estas são concebidas como operações de exportação de serviços de engenharia, na modalidade pós embarque.

Mantega (2005, p.11), Ex-Presidente do BNDES, afirma que a instituição oferece linhas de crédito para a exportação de bens e serviços do Brasil, permitindo:

O investimento em hidroelétricas, gasodutos, ferrovias, pontes, rodovias a serem construídos na América do Sul de forma a criar canais de comunicação e infraestrutura, que beneficiam a atividade econômica regional e a integração do Brasil com seus países vizinhos, confirmando o interesse do BNDES em atender o desenvolvimento de projetos regionais de infraestrutura.

Em relação ao mercado de financiamento à exportação se pode dizer que este se divide em financiamento à produção (pré-embarque) e a comercialização (pós-embarque), sendo que o BNDES atua nas duas modalidades de financiamento.

Inicialmente, segundo Catermol (2005, p.6) o BNDES apoiou as exportações com o financiamento oferecido aos setores de bens de capital, através do FINAMEX, criado em 1990. Este produto veio a suprir a extinção do Finex. Nesta época, o Proex também apoiava o setor de bens de capital e era gerido pelo Banco do Brasil. No primeiro ano de desembolsos das linhas de exportação apenas existia a modalidade pré-embarque e, no ano seguinte foi criada a linha pós-embarque. Naquela época o foco era o financiamento de bens de capital para os importadores da América Latina. Em 1997, a nomenclatura do FINAMEX foi substituída pelo BNDES-Exim, passando também a ser financiadas as exportações de serviços de engenharia e de outros bens, e não só os bens de capital. Atualmente, a linha BNDES-Exim conta com diversas linhas de crédito as quais se passa resumidamente a detalhar:

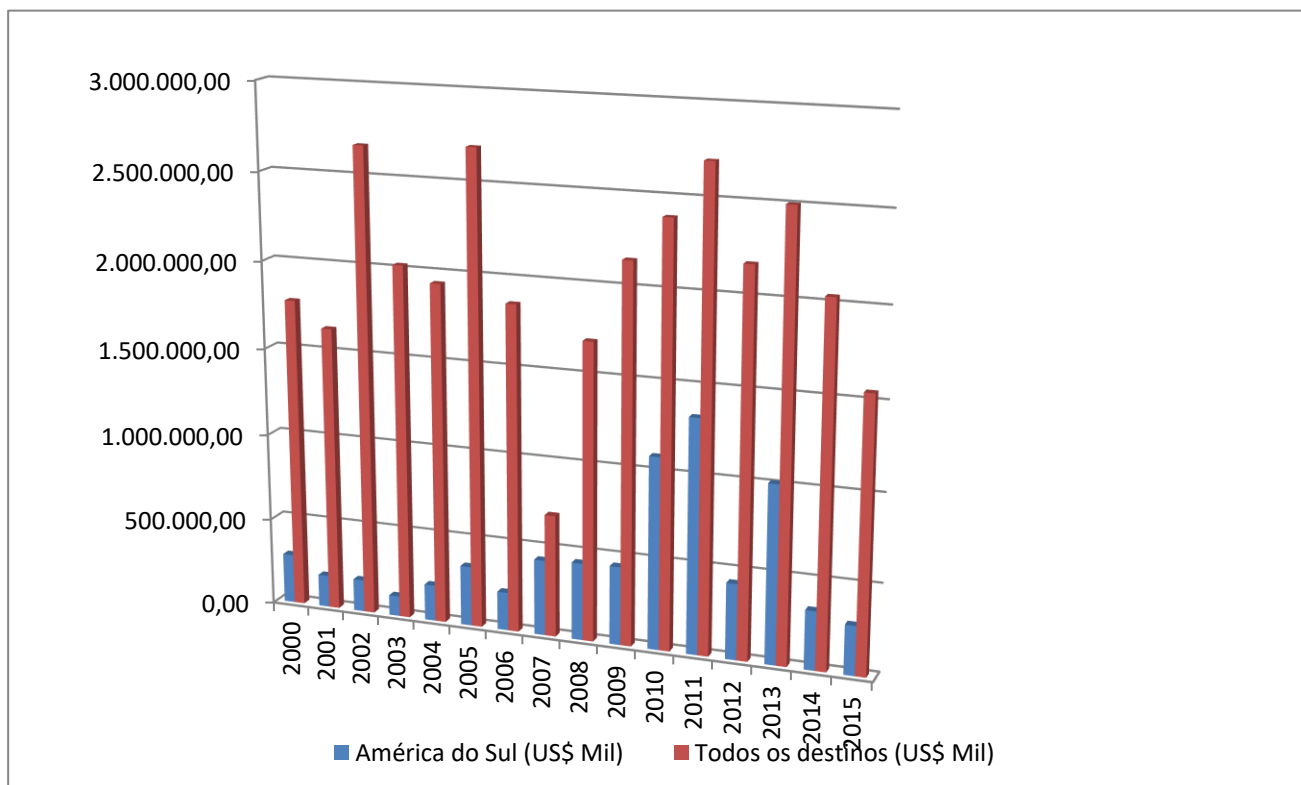
A fase Pré-embarque pode ser dar através do BNDES Exim Pré-embarque que oferece apoio à produção de bens e serviços destinados à exportação, e também pelo BNDES Exim

Pré-embarque Âncora que consiste no apoio à exportação indireta de bens e serviços que podem ser apoiados pelo BNDES, efetuada por intermédio de Empresa Âncora.

A fase pós-embarque ocorre através do produto BNDES Exim Pós-Embarque que apoia à comercialização de bens e serviços nacionais no exterior, através da modalidade *supplier's credit* (refinanciamento ao exportador) ou da modalidade *buyer's credit* (financiamento direto ao importador), e também pelo BNDES Exim Automático que apoia à comercialização de bens brasileiros no exterior, através de abertura de linha de crédito a instituições financeiras no exterior.

Em consulta ao sítio eletrônico do BNDES¹³ se constata o gradativo aumento na modalidade BNDES-Exim Pós-Embarque voltado para a infraestrutura na América do Sul, como também se percebe que os desembolsos para a região tem substancial incremento em face da totalidade dos desembolsos, reforçando a participação do banco no apoio ao desenvolvimento de infraestrutura na América do Sul conforme se pode concluir por intermédio do gráfico abaixo.

Gráfico 01 – BNDES Pós-Embarque – Infraestrutura América do Sul



Fonte: BNDES

¹³ Disponível em www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/dados-sobre-financiamentos-bndes Acesso em 11 de outubro de 2016.

Aqui se destaca que os resultados refletem a existência de apoio à infraestrutura no subcontinente, assim como o seu incremento ao longo dos anos. Também se observa que os desembolsos para a América do Sul aumentam proporcionalmente em relação ao montante total de desembolsos para todos os destinos apoiados que correspondem ao total de 50 (cinquenta) países. Todavia, deve ser destacado que estes desembolsos representam a totalidade dos desembolsos para a América do Sul sem detalhamento, em específico, das obras de infraestrutura inseridas na Carteira de Projetos da IIRSA que serão detalhadas em tópico próprio.

Estes números confirmam a observação de Guimarães et al., (2014, p.60) ao dizer que, em termos geográficos, no período 2009-2013, os recursos desembolsados na linha de pós-embarque foram: 52% (cinquenta e dois por cento) para a América Latina, 22% (vinte e dois por cento) para a África e 27% (vinte sete por cento) para os demais países

A análise confirma o aumento dos desembolsos para o estímulo as exportações brasileiras pelo BNDES, mais precisamente, para o espaço sul-americano, corroborando com a estratégia de internacionalização das empresas brasileiras, assim como o desenvolvimento de obras de infraestrutura na América do Sul.

3.2 O financiamento de infraestrutura e a atuação do BNDES

A questão que se busca analisar neste tópico se refere ao apoio pelo BNDES ao financiamento de infraestrutura. Neste aspecto, uma questão deve ser esclarecida, ou seja, para a análise somente foram considerados os desembolsos nos setores: Transportes Terrestres, Eletricidade/gás, Telecomunicações, Transporte Aéreo, Transporte Aquaviário. As classificações estão de acordo com a tabela CNAE do IBGE.

Foram consideradas apenas estas atividades porque se correlacionam com os setores abrangidos pela IIRSA: Transportes, Energia e Telecomunicações. Os investimentos em infraestrutura com apoio do BNDES são comprovados pelo aumento crescente dos desembolsos ano após ano desde o ano 2000 que é o marco cronológico da IIRSA. Para comprovar esta tendência de crescimento se colaciona o seguinte gráfico com dados extraídos do *web site* do BNDES¹⁴:

¹⁴Disponível em :<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads/> Acesso de 11 de outubro de 2016

Tabela 01 – Investimento em Infraestrutura por setor CNAE 2000-2015 (BNDES)

Desembolsos por Setor CNAE (R\$ Milhões)					
Ano	T. Terrestre	Eletricidade/Gás	Telecom	T. Aéreo	T. Aquaviário
2000	1204,8	1445,9	4729,4	1,7	119,2
2001	1612,3	1422,7	3111,8	6,9	131,6
2002	2136,0	8852,3	653,6	3,7	245,3
2003	2946,2	5801,5	251,5	0,9	613,4
2004	4654,5	6507,0	1645,4	10,6	687,6
2005	7310,4	4962,7	1670,5	165,0	421,7
2006	8423,1	3564,3	2133,7	93,8	476,9
2007	12588,3	6940,3	3379,2	18,0	707,6
2008	17531,0	8923,3	6187,8	10,7	661,5
2009	23737,1	14716,5	3834,9	469,9	914,8
2010	28473,5	13878,5	2103,9	571,1	1565,3
2011	28623,8	16286,1	3107,8	395,0	1980,9
2012	18844,8	19359,4	4836,1	545,7	2222,8
2013	25537,9	20336,7	2694,5	335,3	2206,4
2014	28117,9	19597,8	5295,2	546,8	388,2
2015	18148,2	22299,6	2101,9	1022,3	892,6

Fonte: BNDES

Além dos desembolsos do BNDES voltados para a infraestrutura e o apoio as exportações brasileiras voltadas para a América do Sul há outra iniciativa governamental que atende ao desenvolvimento de infraestrutura. Neste sentido, o Decreto 6.025 de 22 de janeiro de 2007, criou o Programa de Aceleração do Crescimento constituído de medidas de estímulo ao investimento privado, ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura e voltadas à melhoria da qualidade do gasto público e ao controle da expansão dos gastos correntes no âmbito da Administração Pública Federal. Este programa é uma iniciativa do governo brasileiro posterior à criação da IIRSA com o objetivo de promover o desenvolvimento de obras de infraestrutura com status prioritário nas áreas de transporte, saneamento, energia, recursos hídricos e habitação no âmbito brasileiro.

De acordo com Oliva & Zendron (2010, p.76-77) o programa representa uma política pública de investimento, lançada em 2007, e tem por foco a recuperação dos investimentos públicos e privados em infraestrutura energética, logística e social e urbana. Em 2007, previa investimentos da ordem de R\$ 693 (seiscentos e noventa e três) bilhões a serem executados na sua quase totalidade até 2010, destacando-se, a infraestrutura de energia, 67% (sessenta e sete

por cento) do programa. No início de 2009, o leque de investimento foi ampliado, incorporando novos projetos com conclusão até 2010 e outros com prazo mais longo, elevando os investimentos globais a R\$ 1,1 (um vírgula um) trilhão. Em outubro do mesmo ano, nova expansão foi divulgada com o total de investimentos atingindo R\$ 1,4 (um vírgula quatro) trilhões. Os autores ao mencionar o PAC, afirmam que “os objetivos de impulsionar o desenvolvimento regional e de promover a integração econômica dos países do subcontinente influenciaram na composição da lista de investimentos ao estruturar a seleção de projetos”. Assim como o BNDES passou paulatinamente a atender a missão de ator voltado para a internacionalização das empresas brasileiras e adotar um olhar para a América do Sul, o banco também se tornou um protagonista no PAC tanto que em seu portal indica o lançamento do Programa BNDES de financiamento ao PAC para os investimentos de infraestrutura¹⁵.

O apoio no PAC pelo BNDES se percebe na evolução dos desembolsos que até o ano de 2011 atingiram a cifra de US\$ 104,8 (cento e quatro vírgula oito) bilhões. (BNDES, 2011). Diante do apoio do BNDES ao PAC e ao desenvolvimento de infraestrutura, merece destaque a análise de Filho, Gonçalves & Oliveira (2013) que correlacionam as obras da IIRSA com a Carteira de Projetos do PAC, de onde se pode concluir no que tange a questão de infraestrutura que o PAC absorve projetos da carteira da IIRSA conforme se observa na seguinte tabela:

Tabela 02 – Carteira de Projetos IIRSA x Carteira de Projetos PAC

Nº	Carteira da IIRSA	Carteira do PAC
1	Duplicação e modernização da BR 101 SC RS	BR 101 – Duplicação – Aguapés – Divisa RS/SC
2	Conclusão do anel viário de Curitiba, trechos norte, sul, leste e oeste.	BR-116 – Adequação Contorno Leste Curitiba.
3	Anel viário de São Paulo trecho sul	Rodoanel de São Paulo – Trecho Sul
4	Porto de Paranaguá (Dragagem)	Porto de Paranaguá (Dragagem)
5	Construção da ferrovia Cascavel - Foz do Iguaçu	Corredor Ferroviário do Paraná
6	Melhoramento da navegabilidade do alto rio Paraná	Dragagem, Derrocamento e Sinalização do rio Paraná
7	Estrada que liga Rio Branco - Cruzeiro do Sul	BR-364 – Construção e Pavimentação Sena Madureira Feijó e construção de cinco pontes – BR-364 – Tarauacá - Rio da Liberdade

Continua..

¹⁵ BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuacao/Infraestrutura/pac.html. Acesso em 20 de dezembro de 2014.

8	Estrada Cuiabá – Santarém	BR - 163/MT - Adequação de capacidade de travessias urbanas de Novo Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop - BR-163-364/MT - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil – BR 163/PA/MT Trecho MT – BR 163 – Pavimentação até a Divisa PA/MT Santarém, incluindo o acesso a Miritituba.
9	Portos de Santarém e Itaituba	Terminal Hidroviário de Santarém e Itaituba
10	Melhoramento da navegabilidade no rio Iça e construção de um terminal fluvial de passageiros e cargas em Santo Antônio do Içá	Construção de Terminal Hidroviário no rio Iça
11	Melhoramento da navegabilidade do sistema Amazonas - Solimões com construção de diversos terminais hidroviários ao longo do curso dos rios.	Construção de diversos terminais hidroviários ao longo do sistema Amazônia-Solimões
12	Rede de terminais fluviais na Amazônia	Construção de terminais hidroviários na Amazônia
13	Restauração da rodovia Caracas-Manaus	Manutenção da rodovia Caracas-Manaus
14	Melhoria da rede rodoviária Georgetown – Albina, estrada de Macapá a Oiapoque, trecho Ferreira Gomes a Oiapoque	BR-156 – Pavimentação Oiapoque - km 56
15	Ponte internacional sobre o rio Oiapoque	BR-156 – Construção Ponte Internacional – rio Oiapoque
16	Anel ferroviário de São Paulo trechos norte e sul	Ferroanel de São Paulo
17	Construção - Arco Rodoviário do Rio de Janeiro e acesso rodoviário ao porto de Itaguaí	Arco Rodoviário do RJ BR 101 e BR493
18	Anel rodoviário de Campo Grande	BR 262/MS – Contorno de Campo Grande
19	Anel rodoviário de Corumbá	BR-262/MS – Contorno de Corumbá
20	Construção das avenidas perimetrais do porto de Santos e dragagem	Porto de Santos – Perimetral direita trecho 1- Porto de Santos – Perimetral direita trecho 2- Porto de Santos – Perimetral esquerda Porto de Santos – Dragagem
21	Adequação do trecho Navegantes - Rio do Sul	BR 470/SC
22	Ampliação da infraestrutura do porto de São Francisco do Sul, construção e recuperação de berços e dragagem.	Porto S. Francisco do Sul – Dragagem - Porto S. Francisco do Sul – Berço 201 - Porto S. Francisco do Sul – Berço 101
23	Ampliação do aeroporto de Campinas	Aeroporto de Viracopos – Pista de Táxi, Pista Principal, Projeto 2ª Pista, Projeto Terminal de Passageiros
24	Ampliação do aeroporto de Guarulhos	Aeroporto de Guarulhos – Pistas e Pátios, Saída Rápida, Terminal de Passageiros 3
25	Construção do trecho rodoviário	2ª Etapa – Concessões Rodoviárias BR 381 – Divisa

Continua..

	entre São Paulo e Belo Horizonte	SP/MG-BH
26	Construção do anel rodoviário norte da região metropolitana de Belo Horizonte	Anel rodoviário de Belo Horizonte trecho norte.
27	Construção do trecho Santa Maria – Rosário do Sul	BR 158 – Pavimentação Santa Maria - Rosário do Sul
28	Construção e pavimentação da BR 282 / SC Florianópolis-fronteira com a Argentina	BR 282 – Pavimentação – São Miguel - Paraíso, BR 282 – Pavimentação – Lages - Campos Novos
29	Duplicação do trecho Palhoça - Osório (BR 101/SC)	BR 101 – Duplicação Palhoça - Divisa RS - BR 101 – Duplicação Osório - Aguapés-BR 101 – Duplicação Aguapés-Divisa RS/SC
30	Melhoramento da infraestrutura do Porto de Itajaí (recuperação do berço norte e dragagem)	Porto de Itajaí – Dragagem
31	Adequação do trecho Rio Grande – Pelotas	BR 392 – Duplicação – Pelotas- Rio Grande
32	Ampliação dos molhes do porto de Rio Grande e dragagem	Porto de Rio Grande – Ampliação dos molhes Porto de Rio Grande – Dragagem
33	Sistema de transporte multimodal na Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim.	Sistema de transporte multimodal na Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim.
34	Construção da usina hidrelétrica de Garabi-RS	Construção da usina hidrelétrica de Garabi- RS
35	Complexo hidrelétrico do rio Madeira (UHE de Jirau e UHE de Santo Antônio)	UHE Santo Antônio UHE Jirau
36	Ligação das usinas do rio Madeira com o Sistema Interligado Nacional	Interligação das usinas do Madeira Porto Velho – Araraquara SP

Fonte: Filho, Gonçalves e Oliveira (2013, p.292-294)

3.3 OS projetos de infraestrutura integrantes da carteira de projetos da IIRSA com apoio do BNDES

Até este ponto já foi observado que o BNDES tem apoiado de forma progressiva a partir da formação da IIRSA (2000) investimentos em infraestrutura e as exportações de serviços de engenharia na modalidade de financiamento pós-embarque, assim como passou a apoiar o do Programa de Aceleração do Crescimento que incorpora parte da Carteira de Projetos da IIRSA.

Todavia, para mensurar quantitativamente o grau de apoio do BNDES à Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul-americana faz-se necessário constatar os projetos de infraestrutura apoiados pelo BNDES e que se inserem na Carteira da IIRSA, uma vez que, de acordo com Carvalho (2012, p.5), na literatura especializada, o apoio do BNDES a IIRSA varia significativamente.

Vaz (2008, p. 21) alega que o envolvimento do BNDES no financiamento de projetos da IIRSA foi parcial, uma vez que, prevalece o interesse do financiamento as exportações brasileiras de bens e serviços sem que haja o direcionamento específico para a América do Sul. No mesmo sentido, Borges (2008, p. 6-12) aponta uma diversidade de projetos de infraestrutura na América do Sul, mas que não se encontram no portfólio de obras da IIRSA. Iglesias (2008, p.175) também faz uma análise dos financiamentos aprovados para a América do Sul. No entanto, na sua análise não figuram projetos integrantes da carteira da IIRSA. Mesmo assim, diz o autor que os projetos: “Contribuem ao melhoramento da infraestrutura de transporte e energia e desenvolvimento agropecuário onde são realizados, mas não parecem ter como objetivo central facilitar a integração econômica entre os países da América do Sul”.

Enquanto isso para Silveira (2010, p.54) a IIRSA teria sido uma importante plataforma para a atuação do BNDES nos países vizinhos e a prova é que todos os projetos da IIRSA em 2009 tinham a participação do BNDES. Na mesma linha de compreensão Verdum (2008) afirma que o BNDES está tão comprometido em disponibilizar recursos para as empresas brasileiras de engenharia e construção que se tornou uma das instituições que mais investem na IIRSA, além de ser a principal fonte de recursos do Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) do governo federal.

Diante deste caleidoscópio de posições é que se justifica a necessidade de verificar quais os projetos integrantes da Carteira da IIRSA recebem ou receberam apoio financeiro do BNDES. Desta forma, na Primeira Rodada de Consultas para Construção da Visão Estratégica Sul-Americana no Brasil é possível constatar a existência de projetos no espaço sul-americano apoiados pelo BNDES. Entretanto, considerando apenas as operações contratadas de acordo com a Carteira AEX/DECEX5 se observa que os projetos de infraestrutura (BNDES, 2005) embora apontem a atuação do banco voltada para a América do Sul, é possível conferir que nenhum deles está elencado no rol da IIRSA.

Em consulta realizada aos dados de financiamento do BNDES acerca dos projetos de infraestrutura contidos na IIRSA foram encontrados os que seguem detalhados na seguinte tabela. É importante destacar que estes projetos não estavam protegidos pelo sigilo e que a informação foi prestada pela Área de Infraestrutura (AIE) do BNDES:

Tabela 03– Projetos IIRSA com apoio do BNDES

EIXO	SETOR	NOME DO PROJETO NA IIRSA	SITUAÇÃO DO PROJETO	CRÉDITO CONTRATADO (Em milhões R\$)
Amazonas	Transporte	Rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163/MT/PA)	Execução	762
Amazonas	Transporte	Ferrovia Nova Transnordestina Fase I (Suape-Salgueiro/Pecém-Eliseu Martins)	Execução	900
Capricórnio	Transporte	Corredor Ferroviário BIOCEÂNICO Tramo Paranaguá-Cascavel e variante ferroviária entre Guarapuava e Engenheiro Bley	Pré-execução	1.711*
Hidrovia Paraguai-Paraná	Transporte	SP 270 – Ourinhos e Presidente Epitácio	Execução	1.022
MERCOSUL-Chile	Transporte	Recondicionamento da ferrovia Rivera-Santana do Livramento-Cacequi	Concluído	1.711*
MERCOSUL-Chile	Transporte	Conclusão da duplicação do trecho São Paulo-Curitiba (BR-116/SP)	Execução	1.069
MERCOSUL-Chile	Transporte	Ampliação do Aeroporto de Campinas	Execução	2.669
MERCOSUL-Chile	Transporte	Ampliação do Aeroporto de Guarulhos	Execução	3.477
Amazonas	Energia	Linha de transmissão de 500 KV entre Tucuruí-Manaus	Concluído	401,00
MERCOSUL-Chile	Energia	Interconexão elétrica entre Uruguai e Brasil	Execução	27,47
MERCOSUL-Chile	Energia	Sistema de Itaipu (Existente)	Concluído	1.192,94**
MERCOSUL-Chile	Energia	Linha de Transmissão Itaipu-	Concluído	609,22

Continua...

		Londrina-Araraquara		
Peru-Brasil-Bolívia	Energia	Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (UHE Santo Antônio e Girau)	Execução	17.670,17
Peru-Brasil-Bolívia	Energia	Linha de Transmissão entre as centrais hidrelétricas do Rio Madeira e o Sistema Central	Execução	3975,16

Fonte: BNDES

* Investimento total na malha sul da ALL, sem especificar trechos.

**Valores em dólares convertidos na data-base dos contratos firmados entre os anos de 1978 e 1988.

Diante da informação adquirida se observa, na realidade, que o BNDES apoia projetos de infraestrutura da IIRSA. Todavia, o acesso a um pequeno quantitativo de projetos não permite aferir de forma clara a extensão do apoio., uma vez que, somente a carteira de projetos do Brasil na IIRSA conta com 99 (noventa e nove) projetos e a totalidade da Carteira da Iniciativa dispõe de 593 (Quinhentos e noventa e três projetos). Dentre os projetos da IIRSA que estão concluídos e receberam apoio financeiro do BNDES é possível extrair algumas observações.

A Linha de Transmissão Itaipu-Londrina-Araraquara é um projeto do setor de energia que objetiva o aumento da capacidade de transmissão entre a Usina de Itaipu e o submercado do Sudeste/Centro Oeste do Brasil diante de um cenário de circundante crise energética. Na época em que o projeto foi adicionado a IIRSA exista apenas uma interligação de 750 KV entre Foz de Iguaçu e Ivaporã e uma linha de 500KV entre Ivaporã e Londrina. A obra consistiu na construção de uma linha de 500 KV ligando Londrina-Assis-Araraquara (370 km), licitada em 2003 e já está concluída.

O projeto de condicionamento da ferrovia Rivera-Santana do Livramento-Cacequi tem como objetivo recuperar um trecho de 158 km de extensão de Cacequi até Santana do Livramento, no Uruguai, cujo tráfego foi suspenso há dez anos, uma vez que, de acordo com a IIRSA, estudos apontam que os trens favorecem as economias de escala, resultando em baixos custos de produção e no incremento de bens e serviços, causando menos impacto ao meio ambiente. Este projeto representa mais uma rota internacional de transporte de carga para atender os mercados nacionais pelo trajeto Cacequi/Santana do Livramento e Rivera/Montevidéu fortalecendo a política de integração em mais de um setor.

A linha de transmissão de 500 KV entre Tucuruí e Manaus foi licitada em junho de 2008 e considerada em operação nos estudos do Plano Decenal de Expansão de Energia, PDE 2021, a partir de 2013. Este projeto está no PACII, e dividida nos seguintes trechos: Construção da LT 500kV Oriximiná/Silves e Silves/Lechuga C1 e C2 (558,25 km), concluída em 28/02/2013 e a licença de operação emitida em 19/03/2013. Construção da LT 500 kV Tucuruí/Xingu/Jurupari e subestações associadas (527 km) com a obra em andamento e 86% de realização. O objetivo do projeto é interligar Macapá e Manaus ao Sistema Interligado Nacional e com a entrada em funcionamento desta interligação se permitirá a desativação de grande parte do parque térmico a óleo combustível de Manaus.

Ademais, é importante ressaltar a observação de Mata Diz & Souza (2015) ao afirmar que a estratégia de integração da IIRSA parte da localização das principais riquezas naturais da América do Sul, a forma como poderiam ser utilizadas e a infraestrutura necessária para seu aproveitamento. Neste sentido, Vitte (2005, p.4) destaca que se tornou uma obsessão a construção de redes de transportes com o objetivo de exportar *commodities* por rede capilarizada, ameaçando reservas de biodiversidade. Dentro deste contexto, Wanderley et al. (2007, p.24) assinalam que a iniciativa tem impacto em praticamente todos os principais biomas da região com o potencial de criar problemas sociais e ambientais com riscos para a manutenção da biodiversidade e a estrutura social das populações tradicionais.

Sobre os efeitos derivados do financiamento é importante destacar a observação de Oliveira Junior e Mata Diz (2016) ao dizer que os financiamentos dos projetos são feitos pelos bancos regionais e pelos próprios Estados-partes, em sistema de contrapartida. A questão principal se refere à disparidade da regulação existente em cada Estado e a consequente aplicação e controle desses recursos pelos órgãos nacionais, especialmente no que tange à dimensão socioeconômica de cada projeto. Além disso, devem-se apontar ainda as questões relativas à observância das normas de contratação pública quando se trata de projetos nacionais que utilizem financiamento derivado de fontes estrangeiras.

Além disso, Mata Diz & Souza (2015) afirmam que o processo de tomada de decisão nos projetos da IIRSA ainda depende de cada Estado, acarretando dúvidas em relação à implementação das obras e a regulamentação destas.

A IIRSA se caracterizou como um foro “fechado” de tomada de decisão, já que estava vinculada diretamente aos poderes Executivos de cada Estado participante, especialmente no nível ministerial, e pela conformação institucional baseada em indicação pelos governos nacionais (veja-se, por exemplo, a formação dos Grupos de Trabalho). Não

havia, portanto, previsão explícita sobre a participação da sociedade civil no processo de tomada de decisão, com a consequente criação de uma instância decisória específica para tal.

A partir do EASE estipulou-se um esquema de participação, mais voltado para a questão ambiental, que pudesse estimular a participação da sociedade civil, ainda que num espectro restrito. Contudo, não há até o presente momento uma clara indicação por parte do COSIPLAN e também da IIRSA em criar mecanismos de participação efetiva no que tange ao processo de decisão que atinge, por exemplo, as prioridades e as estratégias adotadas para cada eixo de desenvolvimento.

4 Conclusão

A Iniciativa para Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana, de forma clara, no seu ato constitutivo prevê que para o financiamento dos projetos de infraestrutura poderá contar com bancos públicos e privados que não sejam as instituições destacadas no Comunicado de Brasília. Neste sentido, o BNDES que é uma empresa pública federal de natureza jurídica de direito privado com décadas de serviços prestados ao desenvolvimento regional do país também passa a orientar seu olhar para a questão de integração de infraestrutura regional. Esta missão institucional do BNDES se percebe em algumas importantes ações:

Primeiro, a importante participação do BNDES e de seus quadros em Seminários e eventos cujos temas foram voltados para a integração regional sul-americana.

Segundo, as alterações estatutárias ocorridas a partir de 2002, possibilitando: a contratação de estudos técnicos e a prestação de apoio técnico e financeiro, sobretudo no que diz respeito à integração a América Latina; a permissão da utilização de recursos captados no mercado externo para financiar a aquisição de ativos e a realização de projetos e investimentos no exterior por empresas brasileiras, e também a permissão criação de agências no exterior para exercer fora do território nacional às atividades integrantes de seu objeto social, em especial, a criação do escritório situado em Montevidéu, no Uruguai.

Terceiro, a mudança de orientação política governamental, a partir de 2003, de forma que a América do Sul passa a ser observada como objeto da política exterior brasileira e espaço ideal para a expansão das empresas nacionais como forma de reduzir a vulnerabilidade externa do país. Neste aspecto, o BNDES tem desempenhado papel importante, inclusive no apoio as exportações para o espaço sul-americano conforme restou demonstrado neste trabalho.

Quarto, os crescentes desembolsos em infraestrutura, em especial nos setores atendidos pela Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana.

Quinto, a criação do Programa de Aceleração do Crescimento e a internalização de parte dos projetos da IIRSA neste programa de governo, bem como a criação de uma linha específica de financiamento do BNDES para atender as necessidades do PAC.

Sexto, os crescentes desembolsos de produtos que atendem a infraestrutura e a exportação dos serviços de empresas brasileiras para o exterior, e em especial, os países sul-americanos. Bem como a participação acionária da BNDESPAR nas principais empresas brasileiras internacionalizadas.

Sétimo, o constatado apoio direto do BNDES em empreendimentos de infraestrutura da IIRSA detalhados neste trabalho, embora a quantidade de projetos da IIRSA apoiados pelo BNDES sejam poucos em relação à totalidade da Carteira.

Todas estas razões em conjunto contribuem para analisar de forma clara que o BNDES passa adotar e por em prática a política governamental de olhar a América do Sul como espaço para desenvolvimento e inserção internacional do Brasil, apoiando o desenvolvimento de infraestrutura e também o apoio, em parte, a Carteira da IIRSA.

No entanto, o acesso a um baixo quantitativo de projetos da IIRSA apoiados pelo BNDES em relação à totalidade da carteira da IIRSA não permite avaliar a profundidade e extensão deste apoio, porém, se observa que os projetos apoiados pelo BNDES estão mais próximos de atender os interesses regionais do Brasil que propriamente acarretar a integração regional, uma vez que, tem estrita relação a aspectos da infraestrutura nacional. .

Por último, é importante registrar que a Carteira de Projetos da IIRSA impacta diretamente todos os biomas importantes da região e atende interesses de grandes exportadores de commodities, podendo ocasionar sérios riscos ao meio-ambiente e a população envolvida. Além disso, a baixa participação popular na eleição dos projetos da IIRSA ainda não solucionada no âmbito do COSIPLAN põe em xeque a legitimidade das escolhas realizadas no âmbito da iniciativa.

REFERÊNCIAS

ALÉM, Ana Cláudia. **BNDES**: Papel, desempenho e desafios para o futuro. 1997. p. 1-34. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-62.pdf Acesso em 02 de fevereiro de 2015.

ALÉM, Ana Cláudia **et al.** **Sinopse Internacional** n° 02. p. 1-51. Julho, 2004. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/sinopse_intl/SI02.pdf. Acesso em 01 de dezembro de 2013.

ALÉM, Ana Cláudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. **O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras:** Algumas reflexões. In: Revista do BNDES. V. 12. N. 24. P. 43-76. Rio de Janeiro, Dezembro, 2005.

ALÉM, Ana Cláudia; MADEIRA, Rodrigo. **Internacionalização e Competividade:** A importância da criação de empresas multinacionais brasileiras. In: ALÉM, Ana Cláudia; Giambiaji, Fábio. **O BNDES em um Brasil em transição.** Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Planejamento no Brasil:** Memória Histórica. In: Parcerias Estratégicas v. 9. n. 18. p. 157-190. 2004. Disponível em http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/637/597. Acesso em 12 de dezembro de 2014.

BERNAL-MEZA, Raúl; QUINTANAR, Silvia Victoria. **Regionalismo e Ordem Mundial:** Suramérica, Europa, China. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2012.

BORGES, Rodrigo César Neiva. **Obras de Integração Física na América do Sul. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados.** Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Jun 2008. Disponível em: . Acesso em 10 de outubro de 2015.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Primeira Rodada de Consultas para a Construção da Visão Estratégica Sul-Americana no Brasil.** BNDES. Novembro, 2005.

_____. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Informe do BNDES** n° 173. Disponível em <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/5802/1/Informe%20BNDES%2c%20n.%20173%2c%20ago.%202003.pdf>. Acesso em 01 de dezembro de 2013.

_____. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Informe do BNDES** n° 184 Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/inf_bndes/inf_1104.pdf. Acesso em 01 de dezembro de 2013.

_____. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Informe do BNDES** n° 190. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/inf_bndes/inf_0305.pdf. Acesso em 01 de dezembro de 2013.

_____. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório Anual** 2011, p.102. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2011/relatorio_anual2011.pdf Acesso em 26 de abril de 2016.

BUCCI. Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva 2006.

BUGIATO, Caio; BERRINGER, Tatiana. **Um debate sobre o Estado logístico, subimperialismo e imperialismo brasileiro.** Em Debate, Florianópolis, n. 7, p. 28-44, junho, 2012.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3535323532.2012n7p28/23239>. Acesso em 02 de março de 2016.

CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos **Prudêncio de. O protagonismo do BNDES no financiamento da infraestrutura Sul-americana durante o governo Lula:** Interface entre interesses domésticos e política externa. In: I Seminário Nacional de Pós-Graduação de Relações Internacionais. Painel: O Brasil na América do Sul. Brasília: Julho, 2012.

CARVALHO, Glauber Cardoso; ROSEVICS, Larissa. **A política externa do governo Lula para a América do Sul: Unasul e Unila.** In: Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI. Sarti, Ingrid et al. (orgs.). Rio de Janeiro: Perse, 2013

CATERMOL, Fabrício. **BNDES-Exim: 15 anos de apoio as exportações brasileiras.** In Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.12. n° 24. P. 3-30. Dezembro de 2005.

CERVO, Amado Luiz. **A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação:** Conceitos, objetivos e resultados (1930-2005). p. 7-34. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Aontônio Carlos (orgs). Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2006.

DABÈNE, Oliver. **A quarta onda de regionalismo: Os Desafios do Desenvolvimento da América Latina.** In: QUENAN, Carlos; VELUT, Sébastien (orgs.). Os desafios do desenvolvimento da América Latina: Dinâmicas socioeconômicas e políticas públicas França: Agence Française de Développement, 2014.

DEOS, Simone (coord.) **Perspectivas do Investimento na Dimensão do Mercosul e da América Latina.** Equipe Ana Rosa Mendonça et al. Estudo Transversal 08. Projeto Perspectivas do Investimento no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008/2009.

GUIMARÃES et al. **A Internacionalização do BNDES.** Revista do BNDES n° 42. Rio de Janeiro. Dezembro, 2014. p. 47-92

HERMANN, Jennifer. **Los Bancos de Desarrollo em la “era de liberalización financiera”:** El caso del BNDES em Brasil. Revista CEPAL n° 100. Abril. 2010. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/5/39125/RVE100Hermann.pdf>. Acesso de 15 de Abril de 2015.

IGLESIAS, Roberto M. **Algunos elementos para caracterizar los intereses brasilenos em la integracion de la infraestructura em América del Sur.** In: Integración y Comercio. Junho de 2008, n° 28. p. 161-190. Disponível em: http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/integracion_comercio/e_INTAL_IYC_28_2008_Iglesias.pdf. Acesso em 11 de novembro de 2014

IIRSA. **Comunicado de Brasília (2000a).** http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/comunicado_brasilia_esp.pdf. Acesso de 1 de agosto de 2014.

_____. **Plano de Ação para a integração de infraestrutura regional na América do Sul (2000b)**. Disponível em:

http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/Plan%20de%20Acción%20Montevideo%20final.pdf. Acesso em 1 de agosto de 2014.

MANTEGA, Guido. **O BNDES e o novo ciclo desenvolvimento**. In: Revista do BNDES. Vol. 12. N. 23. Rio de Janeiro. Junho, 2005.

MATA DIZ, Jamile Bergamaschine; SOUZA, Laura Felipe de. **O desenvolvimento regional e a proteção ambiental: uma análise da iniciativa para a integração da infraestrutura regional Sul-Americana**. Revista de Direito Ambiental: RDA, v. 20, n. 77. São Paulo: Ed. RT, jan./mar.2015.

MANTEGA, Guido. **O BNDES e o novo ciclo desenvolvimento**. In: Revista do BNDES. Vol. 12. N. 23. Rio de Janeiro. Junho, 2005.

MELO, Joao Jesus S.; PAULA, Elder Andrade. **As Hidrelétricas Do Rio Madeira No Contexto Da Integração Regional Sul- Americana**. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 4, “Mudanças ambientais globais: a contribuição da ANPPAS ao debate”. Brasília, 2008

NOVOA, Luís Fernando. **O Brasil e seu “desbordamento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul**. p. 187-205, In: Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário / organização: Instituto Rosa LuxemburgStiftung...et al. 1.ed. São Paulo Expressão Popular, 2009

OLIVA, Rafael; ZENDRON, Patrícia. **Políticas governamentais pró-investimento e o papel do BNDES**. In: O BNDES em um Brasil em transição. Rio de Janeiro: BNDES. 2010. p. 75-89.

OLIVEIRA JUNIOR, Joaner Campello de; MATA DIZ, Jamile Bergamaschine. **A integração regional e os projetos de infraestrutura na América do Sul**. Artigo apresentado no V encontro Internacional do Conselho Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Direito. Montevidéo, Uruguai. Setembro/2016.

SANT’ANNA, Sérgio Luiz Pinheiro. **Unasul e o Banco do Sul: infraestrutura, desenvolvimento e os marcos jurídico-sociais**. In: Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI. Sarti, Ingrid etall (orgs.). Rio de Janeiro: Perse, 2013.

SILVEIRA, Natália Dutra. **O BNDES como instrumento de política externa: Expansão Econômica Brasileira sobre a América do Sul**. Monografia (Curso de Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS. 2010. 77 p. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28375/000770829.pdf?sequence=1>. Acesso em 01 de dezembro de 2014.

VALDEZ, Robinson. **A internacionalização do BNDES no governo Lula**. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011. 132 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2011.

VITTE, Claudete de Castro Silva. **Planejamento Territorial e os impactos socioeconômicos da IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) no Território Brasileiro: Atores, Conflitos e Interesses.** 2005. p.1-17 Disponível em: observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/.../Geografiasocioeconomica/Ordenamie Acesso em 25 de abril de 2016

VAZ, Alcides Costa. **A Cooperação Brasileira na América do Sul. Evolução, características e condicionantes.** CINDES, Rio de Janeiro. Breves Cindes, Maio 2008. Disponível em: http://www.cindesbrasil.org/site/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=0&view=finish&cid=8&catid=4. Acesso em 15 de Dezembro de 2014.

VERDUM, Ricardo (org.). **Financiamento e Megaprojetos.** Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana. Brasília: Inesc, 2008.

WANDERLEY et al. **Implicações da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana e projetos relacionados na política de conservação no Brasil.** In: Política Ambiental. n° 03. Maio, 2007. p. 3-42. Disponível em: http://www.conservation.org/global/brasil/publicacoes/Documents/politica_ambiental_3_mai_o_2007.pdf. Acesso em 26 de abril de 2016.